

OPINIÃO

Moradores cansados de esperar consertam ponte. Página 3.

OLIBERAL

FILIADO A SOCIEDADE INTERAMERICANA DE IMPRENSA - SIP

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

Presidente
Lucidéa Batista MaioranaPresidente Executivo
Romulo Maiorana Jr.Diretor-Editor Corporativo
Ronaldo MaioranaDiretora Administrativa
Rosângela Maiorana KzanDiretora Comercial
Rosemary MaioranaDiretor Industrial
João Pojucam de Moraes FilhoDiretor Redator-Chefe
Walmir Botelho D'OliveiraDiretor de Novos Negócios
Ribamar GomesDiretor de Marketing
Guarany JúniorDiretores
José Edson Salame
José Luiz Sá Pereira

O LIBERAL é editado por **Delta Publicidade S/A** CGC. (MF) 04929683/0001-17. Inscrição Estadual: Isenta. Municipal: 08.496.

Administração, Redação, Centro Tecnológico Gráfico, Publicidade

Rua 25 de Setembro, 2473. CEP: 66.093-000. Telefone: 3216-1000. Endereço Telegráfico: JornalLiberal. Fax: (091) 3216-1143. Belém, Pará, Brasil.

As opiniões emitidas em textos assinados são livre manifestação do pensamento de seus autores e não representam a opinião do jornal.

Sucursal Centro/ Centro-Oeste

Diretor:
Fábio Andrade

► **Brasília - DF**
SRTVN Q 701 CONJ. C. Ed. Centro Empresarial Norte, Bloco B, sala 432. Cep. 70.719.900. Fonefax (61)-3328-9394/3328-9396. E-mail: sanab634@zaz.com.br

Sucursal Sudeste/ Sul/ Nordeste

► **São Paulo - SP**
Rua Iguatemi, 192. Cj 141/142 - Itaim. Cep. 01451-010. Fonefax (11) 3073-1450/3073-1451.

► **Rio de Janeiro - RJ**
Edifício Dijon Business Center. Rua Farne de Amoedo, 56 - Cj. 506 e 507 - Ipanema. Cep. 22420-020 - Rio de Janeiro. Telefone: (21) 2103-4540. E-mail: comercial.rio@oliberal.com.br

Preço do exemplar

Zona I - Abaetetuba, Ananindeua, Arapari, Barcarena, Belém, Benevides, Bragança, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Concórdia, Dom Eliseu, Igarapé-Miri, Irituia, Itinga, Mãe do Rio, Moju, Mosqueiro, Nova Timboteua, Ourém, Paragominas, Quatro Bocas, Salinas, Santa Izabel, Santa Luzia do Pará, Santa Maria, São Miguel do Guamá, Tailândia, Tomé-Açu, Ulianópolis e Vigia.

► **Dias úteis R\$ 1,50**
► **Domingo R\$ 3,00**

Zona II - Almeirim, Altamira, Parauapebas, Conceição do Araguaia, Marabá, Monte Alegre, Monte Dourado, Portel, Porto de Moz, Redenção, Soure, Ourilândia do Norte, Tucuruí, Xinguara, Juruti, Santarém, Itaituba, Oriximiná e Óbidos.

► **Dias úteis R\$ 2,00**
► **Domingo R\$ 3,60**

Zona III - Brasília (DF), São Luís, Teresina, Recife, Tocantins, Fortaleza, Manaus e Boa Vista.

► **Dias úteis R\$ 2,30**
► **Domingo R\$ 4,80**

Zona IV - Demais Estados

► **Dias úteis R\$ 3,40**
► **Domingo R\$ 7,20**

Zona V - Macapá

► **Dias úteis R\$ 2,50**
► **Domingo R\$ 4,50**

Telefones de O LIBERAL

Reportagem: 3216-1138
Assinaturas: 3204-6000
Atendimento ao Assinante: 3216-1011
Classificados: 3277-9200
Comercial: 3216-1163 e 3216-1176

jose seráfico

Briga pelo cofre

Bastou que o presidente Lula inaugurasse melhoramentos na favela da Rocinha para a direita nazi-fascista pôr as unhas de fora. Curioso é que muitos dos que combatem o controle das favelas pelo tráfico de drogas e reclamam da ausência do poder público naquelas regiões manifestaram desagrado pelas obras de urbanização e saneamento ali realizadas.

Os que têm os olhos abertos e não disputam acesso aos recursos oriundos dos impostos, somente por preconceito embarcam na aventura dos nazi-fascistas nativos. Outros, porém, não se conformam em ver aplicadas somas vultosas em obras e serviços que beneficiarão parcela expressiva dos tradicionalmente excluídos das políticas de governo.

Por que essas somas não vêm para os cofres de suas empresas, ajudando-as a criar empregos e, assim, concorrer para o crescimento do País?

Essa é cantilena por demais conhecida, à custa de tanta repetição. Tudo quanto puser fora do alcance de suas mãos a dinheirama pública receberá a pecha de populista. Tal caráter desaparece, se os impostos servem para financiar empreendimentos privados que enriquecem os proprietários, sem oferecer empregos e salários dignos, com dinheiro subsidiado. Também não é populista a isenção de tributos, sob o pretexto de contribuir para o desenvolvimento de determinada área geográfica ou setor da economia.

Alguém ouviu ou leu matéria que considerasse populismo o Proer de Fernando Henrique Cardoso? Ou volumosos financiamentos para a compra, às vezes por empresas estrangeiras, das telefônicas brasileiras?

Confunde-se, propositalmente, popular com populismo. Se a decisão contempla os interesses da maioria, dos excluídos, logo haverá os que digam ser isso mero exercício do populismo. O correto seria considerar populares decisões nessa direção.

A mesma desonestidade ocorre, quando se discute a carga tributária. Embora sabida por grande parte dos políticos, jornalistas e economistas, o peso da tributação no Brasil está

Quem reclama deseja fazer correr para seus oceanos econômicos rios de dinheiro que abarrotam os cofres públicos.

longe de onerar a vida dos noruegueses, belgas e espanhóis. A diferença consiste em que, na Noruega, na Bélgica e na Espanha, quem ganha mais paga mais. A tributação funciona como fator de redistribuição da riqueza, cujo efeito mais aparente é a menor disparidade social, que no Brasil revela enorme fosso entre os que têm mais e os que quase nada têm.

Recentemente, um deputado federal por São Paulo reconheceu esse fenômeno, inclusive apontando os países acima mencionados. Só que, ao invés de defender a melhor distribuição da riqueza, pela via tributária, defendeu a redução dos impostos. Ao mesmo tempo, reclamou da qualidade dos serviços públicos brasileiros, em comparação com os dos três países europeus. Difícil é entender como melhorar e ampliar os serviços públicos, negando recursos para eles.

Não me parece sequer honesto apontar o suposto exagero na carga tributária do Brasil sem analisar quem a suporta. É certo que, dado o sistema atual, a influência dos impostos indiretos é muito maior que a dos diretos. Assim, o caráter regressivo impõe-se, invertendo o que originalmente inspirava a tributação: a capacidade de pagamento. Aqui, como se sabe, quem menos pode mais paga; quem mais pode paga menos, inclusive aproveitando brechas legais que só os incautos admitem acidentais.

Além disso, exigir redução da carga, ao invés de redistribuir seu peso sobre os diversos segmentos econômicos e sociais é mais fácil que reclamar pela prestação de melhores serviços. No entanto, isso é que deveria motivar os ditos representantes do povo.

Acontece que em geral os que reclamam desejam, na verdade, fazer correr para seus oceanos econômicos os rios de dinheiro que abarrotam os cofres públicos. A briga é pela detenção do butim, não pela justiça social, de que a justiça tributária deveria ser veículo.

■ **José Seráfico é professor da Universidade Federal do Amazonas**

E-mail: jserafico@uol.com.br

jbosco@oliberal.com.br



josé conrado santos

Rumo ao progresso ou à degradação urbana?

O setor industrial paraense - juntamente com entidades como o Ministério Público Federal, Tribunal Regional Eleitoral e a OAB - lançou, neste mês de agosto, o projeto "Voto Cidadão", que visa à conscientização dos eleitores e esclarecer sobre os efeitos do voto para a democracia brasileira. Falar em cidadão me remete a origem desta palavra inventada pelos gregos: aquele que vive na cidade. Queremos conscientizar a sociedade para os seus direitos, no entanto, o município de Belém, fundado em 1616, está em condições de garantir tais direitos a seus cidadãos?

Nossa cidade está às proximidades dos 400 anos, no entanto, estamos seguindo rumo ao progresso ou à degradação urbana? Curitiba, no Paraná, fundada 77 anos depois de Belém, é considerada, na atualidade, como uma das mais avançadas cidades da América Latina. Assim como a cidade paranaense, Belém já foi considerada exemplo de desenvolvimento urbano, quando, à época, Curitiba sofria com os mais básicos problemas estruturantes.

No final do século XIX, nos áureos tempos da borracha, da Belle Époque, a capital paraense corria à frente dos mais avançados centros urbanos do mundo. Belém foi a primeira cidade brasileira a instalar os trilhos do bondinho, ter luz elétrica e telefone. Tamanho era o desenvolvimento urbano que, naquela época, grandes personalidades, como o escritor Euclides da Cunha, em viagem pela Amazônia, declarou em carta a sua surpresa ao se deparar com o contraste da beleza natural e a organização dos centros urbanos. "(...) Não se imagina, no resto do Brasil, o que é Belém", escreveu o escritor.

Aliado ao desenvolvimento urbano, os nossos administradores municipais, como Antônio Lemos, faziam valer as práticas de civilidade que se expressavam no Código de Policiamento de Belém, o embrião que deu origem ao Código de Postura.

Infelizmente, o que se via no passado não se repete nos

Nossa cidade está beirando os 400 anos, mas estamos seguindo rumo ao progresso ou à degradação?

dias de hoje. O espaço urbano está engolfado pelo caos, o público foi apropriado pelo privado, o trânsito de veículos está engessado, até mesmo o mais básico, como a pavimentação de calçadas, deixa a desejar. Pego como exemplo as calçadas construídas pela administração do atual prefeito. A ideia era aplicar a padronização para dar acessibilidade aos calçamentos, permitindo que cadeirantes e deficientes visuais pudessem trafegar de forma segura. Em São Paulo, a prefeitura fez o mesmo e, diferentemente daqui, lá funcionou. As novas calçadas paulistas dão livre trânsito aos pedestres.

Os calçamentos da Braz de Aguiar e de várias outras vias (a maioria delas iniciadas e inconclusas), ao invés de garantir o ir e vir de forma segura aos cidadãos de Belém, obstruem o trânsito de pedestres e tornam-se um risco para aqueles que trafegam pelo logradouro. Não bastasse este problema de despadronização, a administração municipal parece não entender a necessidade de instalar cestos de lixo na Braz. Esta falta de iniciativa da prefeitura, mais do que forçar os transeuntes a sujar a via pública, estimula atos de vandalismo, deformando nossos cidadãos.

O setor produtivo, representado pela Federação das Indústrias do Estado do Pará, acredita piamente que pode colaborar para a conscientização dos eleitores e continuará a contribuir para o fortalecimento da nossa democracia. No entanto, as autoridades administrativas, que deveriam dar exemplo de civilidade e garantir que iniciativas individuais não se sobreponham ao coletivo, precisam nos ajudar. Juntos podemos criar este espaço propício ao florescimento da cidadania e garantir que, daqui a seis anos - quando a capital paraense completará 400 anos - estejamos trilhando o rumo do desenvolvimento urbano.

■ **José Conrado Santos é presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará.**

Propaganda reforça tendências

MURILLO DE ARAGÃO

A primeira semana de propaganda eleitoral no rádio e na TV confirmou, de forma ampla e abrangente, as vantagens de Dilma Rousseff (PT) em relação aos demais candidatos à Presidência da República.

A supremacia de Dilma na semana passada iniciou-se, mesmo antes da propaganda, com a divulgação de uma nova pesquisa do Ibope. Anunciada na segunda-feira, trouxe Dilma à frente de José Serra (PSDB) no primeiro turno, na simulação do segundo turno e, ainda, com a menor taxa de rejeição.

Na sequência, houve o início da propaganda eleitoral. Novamente, Dilma se saiu melhor. Sua mensagem explorou inteligentemente o patrocínio de Lula à sua campanha e mostrou uma boa seleção de imagens sobre as realizações da era Lula. Plasticamente, o programa foi superior ao de Serra, que, no entanto, não foi ruim. Mas, evidentemente, não bom o suficiente para causar um impacto transformador.

Tendo Lula como grande astro de sua mensagem, Dilma reforçou o vínculo com a atual administração e ampliou o nível de conhecimento de que ela é a candidata de Lula. Nas atuais circunstâncias, isso parece ser suficiente para lhe assegurar uma confortável mensagem.

Sem julgar o mérito dos discursos de ambos os candidatos, os exageros de Lula em relação a Dilma foram estrategicamente relevantes para consolidar sua liderança. Daí, no final das contas, Dilma ser apresentada como a "mãe da matéria" do atual governo.

Serra, pelo seu lado, fez uma propaganda tecnicamente correta e, num gesto extremo, tentou vincular-se a Lula e reduzir o tamanho político de Dilma. Provavelmente não vai funcionar. Mas ainda é cedo para dizer se a estratégia foi completamente inútil.

O fato é que, na primeira semana da campanha na televisão e no rádio, criou-se uma sensação de "salve-se quem puder" na oposição a partir de alguns comportamentos.

A pesquisa Datafolha divulgada no sábado, em que Dilma aparece com 17 pontos de vantagem sobre Serra, foi o ápice do massacre governista sobre seu principal adversário ao longo da semana.

Está se criando a sensação de que Serra, além de não estar indo bem, padeceria de condições adequadas para ensaiar uma reação consistente. Com uma campanha confusa, sem mensagem e em ambiente favorável ao continuismo, Serra pode estar facilitando o trabalho de Lula e colocando a vitória definitiva de Dilma no primeiro turno como uma possibilidade cada vez mais viável, conforme mostrou a última pesquisa do Datafolha.

O balanço da primeira semana de propaganda eleitoral no rádio e na televisão aponta para algumas direções. No lado governista, a vinculação Dilma-Lula continuará a ser explorada visando consolidar a liderança da candidata. No lado opositorista, os caminhos oscilam entre manter o figurino cordial de Serra e tentar igualá-lo a Lula em termos de estatura política, ou, ainda, buscar uma postura mais agressiva. Provavelmente, Serra passará a ser mais agressivo como única saída para evitar o desfecho final da eleição no primeiro turno.

■ **Murillo de Aragão é cientista político.**